

# Coerência.pt

## NOTÍCIAS

JULHO 2017 :: Nº 04

### PORTUGAL NA AGENDA 2030: TRANSFORMAR O NOSSO MUNDO

Portugal apresentou o [Relatório Nacional sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#), no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas.

O relatório, voluntário sublinhe-se, procura mapear as políticas nacionais que concorrem para a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Um documento onde se valoriza a posição negocial de Portugal no processo de adoção da Agenda 2030 e onde é apresentado o modelo institucional em vigor em Portugal para a coordenação e participação nesta Agenda.

Tratando-se de uma Agenda universal, em que cada país tem de implementar as suas políticas e estratégias para garantir o sucesso da mesma, temos agora uma definição clara de quais são as prioridades de Portugal: “No respeito pelas prioridades e orientações estratégicas nacionais, a implementação da Agenda 2030 é, no entanto, conduzida de uma forma i) abrangente e completa, considerando o esforço nacional para o cumprimento de todos os ODS; ii) integrada, respeitando uma visão global de promoção do desenvolvimento sustentável e evitando a compartimentação de políticas por silos; e, simultaneamente, iii) focada, com uma clara identificação dos ODS prioritários à luz da visão estratégica de desenvolvimento do País, consubstanciada, em particular, no Programa Nacional de Reformas. A incorporação da Agenda 2030 nas estratégias, planos e políticas nacionais articula-se por áreas temáticas. (...) Portugal materializa nos ODS 4, 5, 9, 10, 13 e 14 as suas prioridades estratégicas na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

### ARTICULAÇÃO PELOS 5P: PESSOAS-PLANETA - PAZ- PROSPERIDADE E PARCERIAS

### ODS PRIORITÁRIOS PARA PORTUGAL

#### ORGANIZAÇÃO TEMÁTICA DA PARTICIPAÇÃO DOS VÁRIOS ATORES



Clique para saber + [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)

[17 ODS](#) :: [169 Metas](#) :: [232 Indicadores](#)

#### FICHA TÉCNICA

Equipa:: CIDSE - [www.cidse.org](http://www.cidse.org) :: FEC - [www.fecong.org](http://www.fecong.org) :: IMVF - [www.imvf.org](http://www.imvf.org)  
Financiador:: Camões - Instituto da Cooperação e da Língua - [www.instituto-camoes.pt](http://www.instituto-camoes.pt)

Esta publicação foi produzida com o financiamento do Camões – ICL. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da FEC e do IMVF e não pode, em caso algum, ser tomado como a expressão das posições do financiador.

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos onde se lê “o” deve também ler-se “a” sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita.



PROMOTORES



FINANCIAMENTO



## CONSULTA PÚBLICA À SOCIEDADE CIVIL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

Conscientes das responsabilidades que as Organizações da Sociedade Civil terão na concretização da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um conjunto de plataformas e redes nacionais\*, que representam diferentes tipos de organizações e de setores da Sociedade Civil portuguesa, decidiu avançar com a realização de uma Consulta Pública à Sociedade Civil sobre a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que decorreu ao longo de 2016.

Com o objetivo de contribuir e influenciar o processo de planeamento e implementação da Agenda 2030 em Portugal, o relatório “[Em direção ao desenvolvimento sustentável – agir para não deixar ninguém para trás!](#)” reúne os principais resultados do processo de Consulta à Sociedade Civil.

Entre as recomendações apresentadas sublinhamos a promoção da Coerência das Políticas de Desenvolvimento através dos mecanismos formais já aprovados pelo Parlamento, bem como a prática de “uma cooperação verdadeiramente horizontal que permita uma aprendizagem e responsabilização mútuas, sem imposições de padrões de desenvolvimento existentes e em respeito pelos direitos humanos.

## NOVO CONSENSO EUROPEU SOBRE O DESENVOLVIMENTO

A União Europeia e os seus Estados-Membros assinaram em junho de 2017 um plano estratégico que traça as grandes linhas do futuro da política europeia de desenvolvimento: [Novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento O nosso Mundo, a nossa Dignidade, o nosso Futuro](#)”. Para a UE o novo Consenso reafirma que a erradicação da pobreza permanece como o objetivo primordial da política de desenvolvimento europeia, numa integração plena com as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, o que deste modo alinha o documento com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

São 3 os principais compromissos assumidos:

**1:** Reconhecimento das fortes interligações entre o desenvolvimento, a paz e a segurança, a ação humanitária, a migração, o ambiente e clima, e elementos transversais, como a juventude, a igualdade de género, a mobilidade e a migração, a energia sustentável e as alterações climáticas, o investimento e o comércio, a boa governação, a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos, a cooperação inovadora com os países em desenvolvimento mais avançados, e a mobilização e utilização dos recursos nacionais.

**2:** adoção de uma abordagem global dos meios de execução, combinando a ajuda ao desenvolvimento tradicional com outros recursos, bem como políticas sólidas e **uma abordagem reforçada da coerência política**, lembrando que a cooperação para o desenvolvimento da UE deve sempre ser encarada no contexto dos esforços dos países parceiros europeus.

**3:** Criação de parcerias devidamente adaptadas, com uma ampla gama de partes interessadas, incluindo a sociedade civil, e com os países parceiros em todas as fases de desenvolvimento. Graças a um melhor trabalho conjunto e à tomada em conta das respetivas vantagens comparativas, a execução no terreno será melhorada.

No entanto, um olhar mais atento e crítico sobre o documento revela uma tendência incoerente: a colocação do controle migratório no centro das prioridades de cooperação para o desenvolvimento. A impressão sobre esta abordagem é de que a ajuda ao desenvolvimento servirá as políticas da União Europeia no que respeita às migrações e à segurança, em vez de pretender que estas políticas sejam mais coerentes com o desenvolvimento.

A ajuda ao desenvolvimento tem um papel importante a desempenhar na implementação da Agenda 2030, promovendo uma transformação sustentável e privilegiando os países e populações mais pobres. A resposta a este desafio, de enorme dimensão, não poderá ser a diluição da ajuda ao desenvolvimento noutras prioridades políticas e em interesses de curto-prazo.

De sublinhar que as Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) europeias destacam os elementos a favor da solidariedade que integram o novo Consenso Europeu para o Desenvolvimento, mas estão preocupadas com a instrumentalização da Cooperação para o Desenvolvimento em prol de objetivos de segurança, comerciais ou relacionados com as migrações.

**Saiba mais em:**

**Novo Consenso Europeu para o Desenvolvimento: ONGD apresentam algumas preocupações**

<http://www.plataformaongd.pt/noticias/noticia.aspx?id=1275>

**Posição da CONCORD sobre a Proposta de um Novo Consenso Europeu para o Desenvolvimento**

<http://www.plataformaongd.pt/noticias/noticia.aspx?id=1262>

## Ciclo de Conversas Coerentes

Já temos data para o próximo ciclo de conversas coerentes : 7 de Setembro, em Lisboa, entre as 09h30 e 13h00.

**Ebba Dohman**, especialista sénior da OCDE irá apresentar o último relatório da OCDE sobre o tema “Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável: Erradicar a Pobreza e Promover a Prosperidade”.

Em breve divulgaremos o programa completo. Fique atento!

## AJUDA PARA O COMÉRCIO: UM TRAMPOLIM PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

A iniciativa de Ajuda para o Comércio, lançada na Sexta Conferência Ministerial da OMC em Hong Kong em 2005, alcançou êxitos notáveis no apoio à capacidade das economias em desenvolvimento de se integrarem na economia global. A partir de 2015, o auxílio oficial para compromissos comerciais atingiu aproximadamente 53,9 mil milhões de \$ US. Mais de dez anos após o início da iniciativa, como é que os doadores e os países beneficiários podem garantir que as intervenções de ajuda para o comércio continuem a ser ferramentas efetivas para facilitar uma transformação económica, inclusiva e sustentável?

Saiba mais clicando [aqui](#)

## LINHA VERDE



a um clique de distância

[cpdesenvolvimento.pt@gmail.com](mailto:cpdesenvolvimento.pt@gmail.com)

## DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SEM DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL – A QUE PREÇO?

Mais do que nunca é necessário ter em conta todas as dimensões do Desenvolvimento, sem descuidar os detalhes, para que o processo de desenvolvimento seja realmente sustentável, coerente e duradouro.

Não deixe de ler a revista nº 13 da Plataforma Portuguesa das ONGD!

Disponível [aqui](#)

## A EUROPA NÃO CONSEGUE ACOLHER OS REFUGIADOS?

O número de pessoas forçadas a abandonar as suas casas atingiu um valor recorde em 2016, com 65,6 milhões de deslocados internos e refugiados. Destes, mais de 22 milhões são refugiados, obrigados a fugir da violência, da guerra, das perseguições. Os refugiados são hoje o rosto mais visível das violações de direitos humanos, quer no país de origem, quer muitas vezes no país de acolhimento, onde são erguidas barreiras, voluntárias ou involuntárias, à sua presença e integração. Este é atualmente um verdadeiro teste ao projeto europeu. Na verdade, a “crise dos refugiados” não deveria ser um problema para a União Europeia, quando pensamos que o espaço europeu tem mais de 500 milhões de habitantes e que os países em desenvolvimento são aqueles onde o número de refugiados é maior, representando grandes custos económicos e sociais para as suas populações. No entanto, esta crise tornou-se o espelho da inoperância das instituições europeias e das divergências entre os Estados-membros.

O acordo com a Turquia desde março de 2016 (prevendo que, por cada nacional sírio reenviado para a Turquia a partir das ilhas gregas, outro sírio será reinstalado na UE a partir da Turquia) e os investimentos efetuados na área das migrações mostram uma Europa mais preocupada em conter o fluxo de migrantes e refugiados do que em criar rotas seguras e em apostar na sua integração nas sociedades europeias, numa abordagem securitária que se sobrepõe em muito ao enfoque humanitário. Faz sentido exigir certidões de nascimento a pessoas que acabaram de chegar em embarcações pelo Mediterrâneo?

Leia a notícia completa [aqui](#)